

A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES NO CONTEXTO CEARENSE: DOIS CASOS EM ANÁLISE

Lucia Kelly Souza Menezes¹
Léo Eduardo de Lima Moreira²
Leandro Carlos Oliveira Sales³
Rachel Braga Alves de Matos⁴

RESUMO

Este trabalho aborda a temática da formação de professores, trazendo um estudo sobre políticas de formação continuada desenvolvidas no âmbito das redes públicas de ensino do estado do Ceará. Nosso objetivo é apresentar uma análise sobre a política de formação de professores da Secretaria Municipal de Educação (SME) de Fortaleza e sobre a implementação do Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio (PNEM) na 7ª Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação (CREDE 7). A pesquisa tem abordagem qualitativa e os dados foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas, aplicadas à gerente da Célula de Formação de Professores (CFP) da SME de Fortaleza e ao formador regional do PNEM na CREDE 7. Com base nesse estudo, verificamos que a CFP tem contribuído apenas parcialmente para o processo de formação continuada dos professores da rede municipal de ensino de Fortaleza, de modo que o trabalho de formação dos coordenadores pedagógicos, nas escolas, precisa ser fomentado. Verificou-se, ainda, que o PNEM contribuiu de forma significativa para a formação dos docentes da CREDE 7, mas apresenta como aspecto negativo o fato de não ter tido continuidade.

Palavras-chave: Formação de professores, Políticas de formação continuada, PNEM.

1 INTRODUÇÃO

Com a aprovação da atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em dezembro de 1996, a temática da formação de professores passou a ter maior destaque no debate educacional no Brasil. Esse fato se deve, principalmente, à exigência de formação inicial de nível superior para os professores da educação básica trazida por essa Lei (BARRETO, 2015). Segundo Gatti (2008, p. 64), a LDB também impulsionou os debates sobre a formação continuada, ao tratar da importância do aperfeiçoamento profissional continuado em vários de seus artigos.

¹ Mestra pelo Curso de Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública da Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF, kelly1647@yahoo.com.br;

² Mestre pelo Curso de Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública da Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF, leoeduardo.moreira@gmail.com.

³ Mestre pelo Curso de Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública da Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF, leandrocsales@gmail.com.

⁴ Mestranda do Curso de Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública da Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF, prof.ra.matos@gmail.com.

Atualmente, verifica-se a precarização da formação inicial, devido à baixa qualidade de parte dos cursos de licenciatura e ao perfil sociocultural dos professores em formação, geralmente pertencentes aos segmentos que tiveram acesso limitado aos bens sociais e culturais (BARRETO, 2015). Por isso, a formação continuada adquire grande importância para a melhoria da qualidade da educação básica. Dessa forma, consideramos relevante conhecer mais profundamente as políticas de formação de professores desenvolvidas nas redes públicas de ensino, especialmente em nosso contexto de atuação profissional.

O objetivo deste trabalho é apresentar uma análise de políticas de formação continuada desenvolvidas no âmbito das redes públicas de ensino do Ceará. Inicialmente, abordaremos as práticas de formação de professores realizadas na rede municipal de ensino de Fortaleza, pela Secretaria Municipal de Educação (SME). Em seguida, trataremos do processo de implementação do Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio (PNEM), nos anos de 2014 e 2015, na 7ª Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação (CREDE 7), vinculada⁵ à Secretaria de Educação do estado do Ceará (Seduc).

2 METODOLOGIA

A pesquisa possui abordagem qualitativa e consistiu, inicialmente, na realização de pesquisa bibliográfica e documental, analisando-se autores que tratam de políticas de formação continuada de professores e a legislação relacionada ao tema. Para a coleta de dados, foram realizadas entrevistas semiestruturadas, com o objetivo de obter informações mais detalhadas sobre as políticas em estudo.

Foram feitas duas entrevistas: a primeira, com a gestora responsável pela implementação da política de formação continuada da SME de Fortaleza; e a segunda, com o formador regional do PNEM na CREDE 7. Em setembro de 2018, entrevistamos a professora que gerencia a Célula de Formação de Professores (CFP) da SME de Fortaleza. No texto, essa professora será denominada de Gerente. Em outubro de 2018, entrevistamos o professor da rede estadual de ensino que atuou, em 2014 e 2015, como formador regional do PNEM na CREDE 7. No texto, nos referimos a ele como Formador Regional.

⁵ Na estrutura da rede estadual de ensino do Ceará, há 23 regionais. As três regionais que compreendem o município de Fortaleza recebem a denominação de Superintendência das Escolas Estaduais de Fortaleza (SEFOR). As demais regionais são chamadas de Coordenadorias Regionais de Desenvolvimento da Educação (CREDEs).

3 FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES: ALGUNS CONCEITOS

No Brasil contemporâneo, a discussão sobre a formação dos professores da educação básica se intensificou a partir da homologação da atual LDB, que é, conforme Barreto (2015), um marco regulatório decisivo para a formação docente, pois determina que os professores tenham curso de nível superior. Assim, foram implementadas políticas de formação inicial, tendo destaque a criação dos Institutos Superiores de Educação e das Escolas Normais Superiores como alternativas aos cursos de pedagogia e licenciatura (SAVIANI, 2009).

Além disso, houve o crescimento da oferta de cursos de licenciatura, tanto nas instituições públicas de ensino superior, principalmente na modalidade de Educação a Distância, por meio da Universidade Aberta do Brasil, como nas instituições particulares, acompanhando “[...] a expansão das oportunidades educacionais à população.” (BARRETO, 2015, p. 681). Diante desse cenário, a formação continuada emerge como necessidade, seja devido às deficiências da formação inicial, seja pelas mudanças nas formas de aprender e ensinar. Tais mudanças são impostas pela dinâmica da sociedade contemporânea, considerada, conforme Saviani (2009), como a sociedade do conhecimento.

Segundo Gatti (2008), sob o rótulo de formação continuada, abrigam-se cursos oferecidos após a graduação ou após o ingresso no exercício do magistério. Também se enquadram nessa denominação outras atividades que possam contribuir para o desempenho profissional, tais como:

[...] horas de trabalho coletivo na escola, reuniões pedagógicas, trocas cotidianas com os pares, participação na gestão escolar, congressos, seminários, cursos de diversas naturezas e formatos, oferecidos pelas Secretarias de Educação ou outras instituições para pessoal em exercício nos sistemas de ensino, relações profissionais virtuais, processos diversos a distância (vídeo ou teleconferências, cursos via internet etc.), grupos de sensibilização profissional, enfim, tudo que possa oferecer ocasião de informação, reflexão, discussão e trocas que favoreçam o aprimoramento profissional, em qualquer de seus ângulos, em qualquer situação. (GATTI, 2008, p. 57).

Para a autora, a existência dessa variedade de tipos de formação se deve aos desafios colocados aos currículos e ao ensino, assim como aos sistemas de ensino, devido ao acolhimento de um número cada vez maior de crianças e jovens. Ademais, Gatti (2008) explica que, devido à precariedade da formação oferecida por muitos cursos de graduação, as iniciativas de formação continuada acabam tendo o caráter de programas compensatórios, para suprir aspectos da má formação inicial.

Diante disso, a formação continuada adquire grande importância, passando a ser imprescindível para que as práticas pedagógicas dos professores possam contribuir efetivamente para a aprendizagem dos estudantes. Tal importância se evidencia nas propostas de formação continuada que surgiram nos últimos anos, nas diversas esferas governamentais, como exemplifica Gatti (2008): o Programa de Capacitação de Professores (PROCAP) e o Projeto Veredas, desenvolvidos em Minas Gerais; o Programa de Educação Continuada (PEC), do estado de São Paulo; e o Programa de Formação de Professores em Exercício (Proformação), do Ministério da Educação (MEC). Além desses programas, destacamos o Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio (PNEM), desenvolvido pelo MEC, e as iniciativas locais de formação docente, como a que ocorre na rede municipal de ensino de Fortaleza, no estado do Ceará.

4 FORMAÇÃO CONTINUADA: ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA

Neste tópico, faremos a análise dos achados da pesquisa de campo. Inicialmente, falaremos sobre a política de formação continuada de professores da rede municipal de ensino de Fortaleza, analisando as ações desenvolvidas pela SME. Em seguida, trataremos da formação continuada de professores promovida no âmbito do PNEM, trazendo o relato da implementação desse programa na CREDE 7, cuja sede fica no município de Canindé - Ceará.

4.1 A formação de professores na rede municipal de ensino de Fortaleza

Na estrutura organizacional do sistema municipal de ensino de Fortaleza, há seis distritos de educação vinculados à SME, localizados em diferentes áreas do município. Esses distritos são responsáveis pelo atendimento às escolas que estão sob sua jurisdição. Na SME, há uma Célula de Formação de Professores (CFP) e cada distrito também possui um polo de formação.

A Gerente da CFP considera que a formação inicial não prepara os professores para a interação com os alunos, havendo a necessidade de formação continuada e troca de experiências entre os docentes. Nesse sentido, Gatti (2018, p. 27) afirma que “[...] a concepção de formação continuada é um aperfeiçoamento profissional e cultural que se tem ao longo da vida. É um aprofundamento da formação. Mas no Brasil significa dar formação básica em educação que não foi passada pelas licenciaturas.”

A CFP organiza momentos de estudo e planejamento com os formadores dos distritos. A equipe da CFP é constituída por seis formadores e há 56 pessoas encarregadas das formações nos distritos. Ao todo, são 62 formadores, responsáveis pela formação continuada de cerca de 6 mil professores⁶ e 500 coordenadores pedagógicos. Esse grupo de formadores é coordenado pela Gerente da CFP.

O plano anual de formação dos professores é elaborado pela equipe da CFP e, depois, é repassado para os formadores dos distritos. Segundo a Gerente, na CFP, “[...] acontece um primeiro olhar para a formação que será ofertada aos professores. Assim, o planejamento primário sai da SME, que organiza momentos de estudo e planejamento com os grupos de formadores dos distritos.” (Gerente. Entrevista concedida em setembro de 2018). Todavia, ela afirma que o plano não é estático, pois se adapta às necessidades que surgem, inclusive diante das solicitações dos professores.

Ao ser indagada sobre os recursos investidos para a realização dessas formações, a Gerente não soube informar o valor preciso, mas estima que são gastos cerca de R\$ 4 milhões, por ano, com a formação continuada dos professores. Os gastos, segundo ela, envolvem a logística, o material didático reproduzido e os recursos humanos necessários. Além disso, também há um incentivo financeiro para o professor que atua como formador.

A SME também faz parte do acordo de cooperação existente entre o governo estadual e os municípios para a implementação do Programa de Alfabetização na Idade Certa (PAIC). Conforme a Gerente, esse acordo se dá através da Coordenadoria de Cooperação com os Municípios (COPEM), da Seduc, que realiza a formação do PAIC para os formadores da SME e dos distritos. É uma formação bimestral, com carga horária de 16 horas, voltada especificamente para as disciplinas de Português e Matemática, que são trabalhadas no PAIC.

Além da parceria com a Seduc, a SME também conta com a colaboração da Universidade Federal do Ceará (UFC). Gatti (2008) aponta que, na tentativa de garantir certo nível de qualidade aos programas de formação de professores, alguns administradores públicos buscam atrelar seus programas às instituições de ensino superior mais credenciadas. A parceria entre a SME e UFC pode representar um desdobramento dessa tendência. Todos os formadores, além de 30 professores da rede, participam de um curso de extensão sobre alfabetização, realizado no turno da noite nessa universidade. Também há uma parceria com o Instituto Ayrton Senna na formação dos professores para o trabalho com as competências

⁶ Ao todo, a rede municipal possui cerca de 10 mil professores.

socioemocionais e, ainda, no programa chamado Alfa 3, voltado para a consolidação do processo de alfabetização dos alunos no 3º ano do ensino fundamental.

A Gerente explica que a formação continuada dos professores da rede municipal de Fortaleza acontece de duas formas: nos polos de cada distrito, uma vez por mês, reunindo os professores do 1º ao 5º ano, num encontro com duração de quatro horas; e na própria escola, realizada pelos coordenadores pedagógicos. Ela afirma que o coordenador pedagógico também tem a responsabilidade de formar os professores e que esse movimento possibilita a troca de experiências entre os docentes dentro da própria escola. De acordo com Forster (2012, p. 17), a formação na escola é importante, pois “[...] espaços e situações de reflexão e problematização compartilhados/coletivos facilitam o processo de desenvolvimento profissional, são formativos e podem resultar em aprendizagem para a profissão.”.

Embora a Gerente tenha mencionado que a formação dos professores de Português e Matemática do ensino fundamental II (do 6º ao 9º ano) está inserida no escopo das atividades da CFP, durante a entrevista, ela afirma que os encontros mensais são apenas para os professores do ensino fundamental I (do 1º ao 5º ano). Além disso, constatamos que a formação continuada, desenvolvida nos distritos de educação, tem ênfase nas disciplinas avaliadas no SPAECE, que também são trabalhadas no PAIC, quais sejam, Português e Matemática. As demais disciplinas que compõem o currículo parecem não ser contempladas em suas especificidades.

A formação dada nos polos se restringe ao ensino fundamental I, guiada pelo material formativo do PAIC. Mesmo nas formações desenvolvidas na própria SME, as outras disciplinas não possuem um enfoque específico. Isso é perceptível, por exemplo, na proposta de se abordar apenas aspectos de escrita, oralidade e leitura na formação de professores que lecionam disciplinas como História e Geografia.

A Gerente considera que o trabalho realizado causa impactos positivos, em termos da melhoria dos resultados do SPAECE. Entretanto, percebe-se que, na busca por bons resultados nessa avaliação, ocorre certo direcionamento do processo de formação continuada nesse sentido. Bonamino e Sousa (2012, p. 373) alertam para os riscos de as provas padronizadas, como é o caso do SPAECE, “[...] exacerbarem a preocupação de diretores e professores com a preparação para os testes e para as atividades por estes abordadas, levando a um estreitamento do currículo escolar.”.

Então, a busca por bons resultados nas avaliações externas não pode ser o único foco do processo de formação de professores, especialmente em uma rede de ensino tão ampla e com tantas demandas como a rede municipal de Fortaleza. Deve-se cuidar para que a

formação continuada não promova a hierarquização das disciplinas e o estreitamento curricular, sendo imprescindível que contribua para o aperfeiçoamento profissional de todos os docentes que fazem parte da respectiva rede de ensino.

A avaliação da formação ofertada é feita por ocasião dos encontros formativos mensais, realizados nos distritos, de forma escrita, ao final de cada encontro. Também são feitos movimentos semestrais de avaliação, onde um grupo de professores é ouvido sobre os pontos positivos e negativos desses encontros. Diretores e coordenadores também são ouvidos. Em geral, segundo a Gerente, o *feedback* dos professores sobre a formação ofertada nos polos tem sido positivo. De forma semelhante, Gatti (2008) relata que, nas avaliações das diversas iniciativas de formação por ela analisadas, constatou-se uma valorização destas por parte dos cursistas, que, geralmente, reconhecem a importância desses momentos.

Embora consideremos importante o trabalho desenvolvido pela CFP, este tem contribuído para a formação de apenas uma parte dos professores da rede, além de restringir as temáticas trabalhadas a assuntos relacionados às disciplinas de Português e Matemática. Em vista disso, a formação realizada nas escolas, pelos coordenadores pedagógicos, adquire extrema importância e precisa ser fortalecida pela SME.

Conforme Giordan e Hobold (2016), o professor se aprimora a partir do contato com o trabalho e das interações que caracterizam a escola como espaço de formação. A troca de experiências e as vivências desenvolvidas nesse cenário são imprescindíveis para o desenvolvimento dos professores como profissionais. Nessa linha, Nóvoa (2009) indica que o exercício profissional da docência deve ser caracterizado pelo trabalho em equipe e se organizar, cada vez mais, em torno de comunidades de prática na escola. As comunidades de prática consistem em grupos de pessoas com interesses coletivos que compartilham experiências, constroem conhecimentos e se apoiam mutuamente. Silva (2008, p. 7) explica que as pessoas numa comunidade de prática possuem responsabilidades no processo e têm “[...] interesses comuns na aprendizagem e na aplicação prática do aprendido.”.

Dessa forma, acreditamos que a constituição de comunidades de prática, envolvendo professores e coordenadores pedagógicos, é um caminho promissor para que a escola se torne um espaço de formação continuada de qualidade. Com relação à CFP, é importante que as formações ofertadas tenham um escopo mais abrangente e envolvam todos os professores da rede. Isso permitirá ampliar as interações entre professores de diferentes escolas, possibilitando a existência das comunidades de prática para além do espaço escolar.

4.2 O Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio e a formação de professores na CREDE 7

Instituído pela Portaria Ministerial nº 1.140, de 22 de novembro de 2013, o PNEM constituiu-se através da parceria entre o MEC, as Secretarias de Estado de Educação e as Instituições de Ensino Superior (IES) públicas. Conforme o art. 3º da referida Portaria, eram objetivos das ações do programa:

- I - contribuir para o aperfeiçoamento da formação dos professores e coordenadores pedagógicos do ensino médio;
- II - promover a valorização pela formação dos professores e coordenadores pedagógicos do ensino médio; e
- III - discutir e atualizar as práticas docentes em conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio – DCNEM. (BRASIL, 2013, p. 24).

O PNEM trouxe como diferencial a formação presencial, realizada na própria escola. Essa formação caracterizou-se por ser articulada com a prática, tendo na reflexão, na troca de experiências entre os pares e no diálogo com as práticas docentes elementos inovadores em termos de formação continuada para professores do ensino médio. Tais características são muito importantes, pois,

[...] na formação permanente dos professores, o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a prática. É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática. O próprio discurso teórico, necessário à reflexão crítica, tem de ser de tal modo concreto que quase se confunda com a prática. (FREIRE, 1996, p. 39).

Outro ponto a ser destacado, como apontam Freitas e Cruz (2015), foi a concessão de bolsas⁷ de estudo, através do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), tanto para os cursistas como para os responsáveis pelas ações de formação nos níveis federal, estadual, regional e local. Para os autores, isso representou “[...] um avanço em termos das políticas de formação de professores no país, visto que, em ações anteriores, este aspecto do financiamento da política não foi considerado pelo governo.” (FREITAS; CRUZ, 2015, p. 42).

O orçamento destinado pelo MEC/FNDE para a execução do PNEM ficou em torno de um bilhão de reais (ARAÚJO; LIMA NETO, 2017). As ações de formação aconteceram em

⁷ Os valores das bolsas para cada função são os seguintes: Coordenador Geral: R\$ 2.000,00; Coordenador Adjunto: R\$ 1.400,00; Supervisor: R\$ 1.200,00; Formador da IES e Formador Regional: R\$ 1.100,00; Orientador de Estudo: R\$ 765,00; Cursista: R\$ 200,00 (BRASIL, 2014).

duas fases: de abril a dezembro de 2014 e de fevereiro a junho de 2015, com uma carga horária de 100 horas de estudo em cada etapa. A organização das ações formativas foi feita da seguinte maneira:

- I - as Instituições de Ensino Superior – IES formadoras, definidas pelo MEC em articulação com as Secretarias de Estado de Educação – Seduc, são responsáveis pela formação de formadores regionais e pelo acompanhamento da formação dos orientadores de estudo e dos professores e coordenadores pedagógicos nas escolas;
- II - os formadores regionais são responsáveis pela formação de orientadores de estudo; e
- III - os orientadores de estudo são responsáveis pela formação, na escola, dos professores e coordenadores pedagógicos do Ensino Médio. (BRASIL, 2014, p. 4).

No Ceará, as IES públicas e a Seduc promoveram a gestão do processo de formação relativo ao PNEM. Esse processo envolveu quase 20 mil profissionais, incluindo as funções de coordenação e supervisão, além de formadores, orientadores de estudo e cursistas (CEARÁ, 2014). Na CREDE 7, que abrange seis municípios e um total de 17 escolas estaduais, havia 33 orientadores de estudo e 558 cursistas, segundo o Formador Regional.

Blum e Lima Filho (2017, p. 9) apontam como avanço do PNEM, além do incentivo financeiro aos professores, por meio das bolsas de estudo, e da discussão sobre a formação humana integral, a interlocução entre a escola e a universidade. Na CREDE 7, segundo o Formador Regional, a recepção do PNEM foi muito positiva, pois “[...] os professores puderam discutir as necessidades do ensino médio e tiveram uma aproximação importante com as universidades, algo muito difícil no país.” (Formador Regional. Entrevista realizada em outubro de 2018). Ele explica que as formações seguiam sempre em cadeia: universidades - formadores regionais - orientadores de estudo - cursistas. Nas escolas, eram realizados encontros semanais para o estudo do material do programa pelos cursistas, sob a mediação dos orientadores de estudos. Já a formação desses orientadores era realizada mensalmente, na CREDE, pelo Formador Regional.

Morescho e Delizoicov (2017, p. 3488) afirmam que a proposta do PNEM era a “[...] formação integral do indivíduo, evidenciando a importância de olhar para o estudante do ensino médio reconhecendo-o como sujeito que possui conhecimentos e interesses, para assim relacioná-los aos conteúdos trabalhados.”. A temática sujeitos do ensino médio e formação humana integral foi o eixo estruturante dos assuntos discutidos nas formações do PNEM, privilegiando-se a articulação entre teoria e prática no processo de formação docente. Esse processo teve a escola como lócus de formação continuada e de (re)construção coletiva do Projeto Político Pedagógico, “[...] sem perder de vista a articulação com as juventudes e o direito à educação de qualidade social.” (FREITAS; CRUZ, 2015).

Conforme o Formador Regional, o PNEM permitiu, aos professores e coordenadores pedagógicos, refletir sobre o currículo do ensino médio, colaborando para o desenvolvimento de práticas pedagógicas com foco na formação humana integral. Para ele, “[...] além de discutir o chão da escola, o programa deixou um legado muito forte de uma cultura de formação continuada nas escolas estaduais [...]”, contribuindo para “[...] a formação de uma classe de professores que vem mudando a educação do estado do Ceará.” (Formador Regional. Entrevista realizada em outubro de 2018).

Durante as etapas do PNEM, segundo o Formador Regional, houve um monitoramento contínuo através de avaliações dos encontros presenciais, feitas pelos participantes, havendo pareceres muito positivos sobre a formação ofertada. Ao final do programa, ele destaca que também aconteceram seminários estaduais e nacionais de avaliação, nos quais diz ter sido possível perceber as significativas contribuições do PNEM para a formação dos professores nas diversas regiões do país. Ele complementa dizendo que “[...] o Pacto contribuiu para formar professores mais críticos e preparados para o processo de ensino e aprendizagem, nas escolas públicas de ensino médio do país.” (Formador Regional. Entrevista realizada em outubro de 2018).

Como relatam Morescho e Delizoicov (2017), as mudanças no cenário político nacional, especialmente após o *impeachment* de Dilma Rousseff, contribuíram para a não continuidade do PNEM. Nesse cenário, as autoras também citam como obstáculos a Emenda Constitucional 95/2016, que instituiu o congelamento dos gastos públicos por vinte anos, e as incertezas para o ensino médio geradas pela Reforma dessa etapa, imposta pelo governo de Michel Temer. Tal imposição se deu por meio da Medida Provisória nº 746/2016, “[...] elaborada sem diálogo com a sociedade e profissionais do ensino.” (MORESCHO; DELIZOICOV, 2017, p. 3494). Diante disso, lamentavelmente, a continuidade da política nacional de formação continuada para os profissionais do ensino médio, nos moldes do PNEM, acabou sendo comprometida.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das deficiências na formação inicial de parte significativa dos professores, a oferta de formação continuada para esses profissionais tem sido fundamental para o fortalecimento da ação docente em sala de aula. Nesse cenário, a escola se caracteriza como espaço de formação e também se observam, por parte das diferentes esferas governamentais, iniciativas de formação continuada para os professores das redes públicas de ensino.

Nesse trabalho, investigamos como ocorre a formação continuada dos professores na rede pública municipal de ensino da capital cearense. Consideramos positivo o fato de a SME de Fortaleza contar com um grupo de formadores, vinculados à CFP, apresentando uma estrutura que atende aos diversos distritos de educação do município. A melhoria dos resultados das escolas municipais no SPAECE é vista como um aspecto positivo do trabalho realizado pela CFP. Entretanto, verificou-se que as ações formativas desenvolvidas não contemplam as especificidades das diversas disciplinas do currículo e não incluem todos os docentes da respectiva rede de ensino. Com isso, a atuação dos coordenadores pedagógicos como formadores, no âmbito das escolas, precisa ser valorizada e fortalecida pela SME.

Também foi investigado o processo de implementação do PNEM na CREDE 7. Esse programa trouxe como diferencial a formação realizada na própria escola, proporcionando a troca de experiências entre os professores e a aproximação entre escola e universidade. Na CREDE 7, o PNEM contribuiu para que os professores refletissem sobre o currículo do ensino médio e para o desenvolvimento de práticas pedagógicas com foco na maior integração entre as diversas disciplinas que compõem essa etapa. O PNEM foi bem avaliado pelos professores, mas foi apontado como aspecto negativo a não continuidade do programa.

Mediante o estudo realizado, acreditamos que as trocas de experiências, os estudos em grupo e a reflexão coletiva sobre a prática docente e sobre o papel da escola são aspectos importantes para a formação de professores. Tais aspectos contribuem para a formação de comunidades de prática e precisam ser considerados na concepção de iniciativas de formação continuada a serem implementadas pelas redes de ensino.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, K. H.; LIMA NETO, J. M. O Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio: limites e possibilidades da formação e atuação docente no campo da educação inclusiva. **Regae: Rev. Gest. Aval. Educ. Santa Maria**, v. 6, n. 11, jan./abr. 2017, p. 68-84.

BARRETO, E. S. Políticas de formação docente para a educação básica no Brasil: embates contemporâneos. **Revista Brasileira de Educação**, v. 20, n. 62, p. 679-701, jul./set. 2015.

BLUM, M. S. R.; LIMA FILHO, D. **Uma breve análise do PNFEM no âmbito das reformas educacionais no Brasil**. IV Colóquio Nacional e I Colóquio Internacional: a produção do conhecimento em educação profissional. Natal, RN, jul. 2017, p. 1-12.

BONAMINO, A.; SOUSA, S. Z. Três gerações de avaliação da educação básica no Brasil: interfaces com o currículo da/na escola. **Educação e Pesquisa**. São Paulo, v. 38, n. 2, p. 373-388, abr./jun. 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 1.140, de 22 de novembro de 2013. Brasília: **Diário Oficial da União**, 09 dez. 2013, n. 238, Seção 1, p. 24.

BRASIL. **Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio**: Documento orientador das ações de formação continuada de professores e coordenadores pedagógicos do Ensino Médio em 2014. Brasília: Secretaria da Educação Básica, 2014.

CEARÁ. Centro de Educação a Distância do Ceará. **Informações e orientações sobre o Pacto do Ensino Médio (PNEM) no Ceará**. Sobral - CE, 2014. Disponível em: <http://www.ced.seduc.ce.gov.br/index.php/noticias-antiores/2207-informacoes-e-orientacoes-sobre-o-pacto-do-ensino-medio-pnem-no-ceara>. Acesso em: 19 out. 2018.

FORSTER, M. M. S. **Escola como espaço de formação**: a construção de experiências inovadoras em parceria com a universidade. *In*: XVI ENDIPE - Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino, UNICAMP, Campinas, 2012, p. 14-23.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 40ª reimp. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREITAS, A. K. A.; CRUZ, F. M. L. Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio: formação continuada de professores e trabalho docente em análise. **Revista de Administração Educacional**, Recife, v. 1, n. 1, jan./jun. 2015, p. 35-50.

GATTI, B. A. Análise das políticas para formação continuada no Brasil, na última década. **Revista Brasileira de Educação**, v. 13, n. 37, p. 57-70, jan./abr. 2008.

GATTI, B. A. Por uma política de formação de professores: pesquisadora expõe obstáculos e desafios enfrentados na preparação de novos educadores. Entrevista concedida a Bruno de Pierro. **Revista Pesquisa FAPESP**, ed. 267, maio 2018.

GIORDAN, M. Z.; HOBOLD, M. S. A escola como espaço de formação de professores iniciantes. **Revista Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v. 24, n. 3, p.7-25, set./dez. 2016.

MORESCHO, S. M. Z.; DELIZOICOV, N. C. **Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio - PNEM**: a relevância da formação continuada. EDUCERE: XIII Congresso Nacional de Educação, ago. 2017, p. 3485-3499.

NÓVOA, A. Para uma formação de professores construída dentro da profissão. *In*: NÓVOA, A. **Professores**: imagens do futuro presente. Lisboa: Educa, 2009. p. 25-46.

SAVIANI, D. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. **Revista Brasileira de Educação**, v. 14, n. 40, p. 143-155, jan./abr. 2009.

SILVA, A. **Aprendizagem e Comunidades de Prática**. Universidade Aberta: Portugal, 2008. Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/silva-adelina-aprendizagem-e-comunidade.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2018.